

DEBÊNTURE



JUCESP PROTOCOLO
934412/06-6



**ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL REPRESENTADA POR
PENHOR DE AÇÕES E CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS, DA
CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.**

Pelo presente instrumento particular:

(i) **Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.**, sociedade por ações com sede na Rodovia dos Imigrantes, km 28,5 s/n, Jardim Represa, CEP 09845-000, no Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.509.491/0001-26, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora");

(ii) **Primav Ecorodovias S.A.**, sociedade por ações com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.900, 11º andar, Itaim, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.149.454/0001-80, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Ecorodovias"); e,

(iii) **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Barra da Tijuca,, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu estatuto social, ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão dos debenturistas da 1ª emissão de debêntures da Emissora ("Debenturistas"),

vêm por esta e na melhor forma do direito firmar a presente Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não-Convertíveis em Ações, da espécie com garantia real representada por penhor de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios, em três séries, da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Escritura" e "Debêntures", respectivamente), contendo as seguintes cláusulas e condições:

DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A Escritura é firmada com base nas seguintes autorizações:

1.2. Assembléia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 1º de dezembro de 2006 ("AGE"), na qual os acionistas aprovaram a realização da emissão de Debêntures e delegaram ao Conselho de Administração da Emissora poderes para deliberar sobre as

condições constantes do § 1º do artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."); e

1.3. Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 1º de dezembro de 2006, na qual foram deliberadas as condições constantes do § 1º do artigo 59 da Lei das S.A. ("RCA"), salvo com relação à taxa de juros aplicável às Debêntures, conforme definido abaixo, que será deliberada pelo Conselho de Administração após a realização do procedimento de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de Bookbuilding"), nos termos do artigo 44 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003 ("CVM" e "Instrução CVM nº 400", respectivamente), bem como autorizou a Diretoria da Emissora a contratar instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais ("Coordenadores") para proceder a colocação pública das Debêntures.

DOS REQUISITOS

A primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, sob o regime de garantia firme, da espécie com garantia real representada por penhor de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios, em três séries, da Emissora ("Emissão") será feita com a observância dos seguintes requisitos:

2.1. Arquivamento e Publicação das Deliberações Societárias

2.1.1. As atas da AGE e da RCA que deliberaram sobre a presente Emissão serão devidamente arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

2.1.2. Os atos societários que, eventualmente, venham a ser praticados após o registro da presente Escritura também serão arquivados na JUCESP. Dentre estes eventuais atos, encontra-se a ata da Reunião do Conselho de Administração que irá deliberar sobre a taxa de juros aplicável às Debêntures, nos termos do item 1.3 acima.

2.2. Inscrição da Escritura

A Escritura e seus aditamentos deverão ser inscritos na JUCESP, de acordo com o disposto no inciso II do artigo 62 da Lei das S.A.

2.3. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A Emissão deverá ter sido registrada na CVM, na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976 e da Lei das S.A., bem como das demais disposições legais e regulamentares pertinentes, especialmente a Instrução CVM nº 400.

2.4. Registro para Distribuição no Mercado Primário

As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário no (i) Sistema Bovespa Fix ("Bovespa Fix"), administrado pela Bolsa de Valores de São Paulo ("Bovespa"), sendo a subscrição liquidada e as Debêntures custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC"); e (ii) Sistema de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado e operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação ("CETIP"), com base nas políticas e diretrizes fixadas sendo a distribuição liquidada e as Debêntures custodiadas na CETIP.

2.5. Registro para negociação no Mercado Secundário

As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário no (i) Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA, sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (ii) no Bovespa Fix, sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na CBLC.

2.6. Registro dos Contratos de Garantia

Os Contratos de Garantia, conforme definidos abaixo, nos quais serão formalizadas as garantias mencionadas nas Cláusulas 3.7 e 3.8 abaixo, deverão ser registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, nos termos do artigo 129 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, sendo o respectivo penhor das ações devidamente averbado no Livro de Registro de Ações da Emissora, nos termos do disposto no artigo 40 da Lei das S.A.

2.7. Registro na ANBID

A Emissão deverá ser registrada junto à Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID") no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da data da concessão do respectivo registro na CVM, nos termos do artigo 22 do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários ("Código ANBID").

DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO COMUNS ÀS TRÊS SÉRIES

As Debêntures desta Emissão terão as seguintes características e condições:

3.1. Valor Total e Número da Emissão

O valor total da Emissão é de R\$ 425.000.000,00 (quatrocentos e vinte e cinco milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definido no item 3.9 abaixo, observado que tal montante pode ser aumentado em virtude do exercício da Opção de Debêntures Adicionais

e da Opção de Debêntures do Lote Suplementar, conforme definidas nas Cláusulas 3.3.1 e 3.3.2 desta Escritura..

3.2. Valor Nominal Unitário

O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

3.3. Quantidade de Debêntures e Número de Séries

A Emissão será realizada em três séries, sendo que o número de Debêntures a ser alocado em cada série será definido de acordo com a demanda pelas Debêntures conforme apurado em Procedimento de *Bookbuilding*. Serão emitidas 42.500 (quarenta e dois mil e quinhentas) Debêntures.

3.3.1. A quantidade de Debêntures poderá ser aumentada, exclusivamente na data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, a critério da Emissora, em até 20% (vinte por cento) com relação à quantidade originalmente oferecida ("Debêntures Adicionais"), nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM nº 400 ("Opção de Debêntures Adicionais"). Será mantido preço único para a subscrição das Debêntures Adicionais.

3.3.2. A Emissora concederá aos Coordenadores uma opção para distribuição de um lote adicional de até 15% (quinze por cento) com relação à quantidade de debêntures originalmente oferecida ("Debêntures do Lote Suplementar"), a ser exercida pelos Coordenadores, após consulta e concordância prévia da Emissora, na data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, exclusivamente para atender a excesso de demanda que vier a ser constatado pelos Coordenadores no Procedimento de *Bookbuilding* para apuração de taxa final, nas mesmas condições e preço das Debêntures inicialmente ofertadas, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM nº 400 ("Opção de Lote Suplementar").

3.3.3. A Emissora obriga-se a tomar todas as medidas necessárias para a emissão de Debêntures Adicionais e Debêntures do Lote Suplementar, caso as respectivas opções sejam exercidas.

3.4. Forma

As Debêntures terão a forma escritural, nominativa, sem a emissão de certificados representativos de debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pela instituição responsável pela escrituração das Debêntures. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o "Relatório de Posição de Ativos", expedido pelo SND, acompanhado de extrato em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia das Debêntures quando depositadas no SND. Para as Debêntures depositadas na CBLC, será emitido, pela CBLC, extrato de custódia, em nome do

Debenturista, que será igualmente reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures.

3.5. Conversibilidade

As Debêntures não serão conversíveis em ações.

3.6. Espécie

As Debêntures serão da espécie com garantia real representada por penhor de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios.

3.7. Garantias

A garantia real representada por penhor de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios será constituída por meio de (i) um contrato de penhor de 99,99% das ações de emissão da Emissora, detidas pela Ecorodovias, a ser celebrado entre (a) a Ecorodovias, (b) o Agente Fiduciário, representando os Debenturistas e (c) a Emissora ("Contrato de Penhor de Ações"); (ii) um contrato de cessão fiduciária de (a) direitos creditórios relativos aos valores, créditos, recebíveis e outros valores que correspondam a 100% (cem por cento) do produto de toda a arrecadação, de todos os postos de pedágios, atuais e futuros, em toda a extensão do Sistema Anchieta-Imigrantes mantidos pela Emissora em virtude do Contrato de Concessão Rodoviária N.º 07/CR/98, celebrado em 27 de maio de 1998 entre o Estado de São Paulo, por intermédio do Departamento de Estradas de Rodagem - DER/SP, hoje representado pela Agência de Transportes do Estado de São Paulo e a Ecovias e relativos a todos os direitos aos montantes depositados nas Contas Correntes (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) detidas pela Emissora; e (b) as respectivas Aplicações Financeiras, conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária, realizadas com tais montantes, incluindo todo e qualquer ganho ou receita financeira delas decorrentes, a ser celebrado entre (a) a Emissora, (b) o Agente Fiduciário, (c) o Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A., na qualidade de banco centralizador, e (d) o Banco Bradesco S.A., na qualidade de banco mandatário ("Contrato de Cessão Fiduciária"), cujas minutas são partes integrantes desta Escritura como Anexos I e II, respectivamente.

3.8. Cessão Civil de Créditos

Adicionalmente, a Emissora cederá, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, de forma irrevogável e irretratável, a totalidade dos créditos por ela detidos em função de eventual indenização devida por parte do Poder Concedente (conforme definido abaixo), na ocorrência de qualquer hipótese de extinção do Contrato de Concessão, a ser celebrado entre (a) a Emissora e (b) o Agente Fiduciário, representando os Debenturistas, ("Contrato de Cessão"), cuja minuta é parte integrante desta Escritura como Anexo III. O Contrato de Cessão, o Contrato de Cessão Fiduciária e o Contrato de Penhor de Ações são denominados, em conjunto, "Contratos de Garantia.



20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	-----

3.9. Limite de Emissão

A presente Emissão atende ao limite estabelecido na alínea “a”, parágrafo primeiro, do artigo 60 da Lei das S.A., uma vez que o valor total das Debêntures é inferior a 80% (oitenta por cento) do valor dos bens a serem prestados como garantia real representada por penhor de ações em favor dos Debenturistas por meio do Contrato de Penhor de Ações. No caso das ações objeto do Contrato de Penhor, a Price WaterhouseCoopers elaborou, em 27 de novembro de 2006, laudo de avaliação destas, o qual encontra-se, anexado ao Prospecto Preliminar da Emissão:

Garantia real representada por Penhor de Ações, estimada em aproximadamente: R\$ 1.300,0 milhões

Total da garantia real representada pelo Penhor de Ações: R\$ 1.300,0 milhões

Limite da Emissão = 80% de R\$ 1.300,0 milhões = R\$ 1.040,0 milhões

Valor da Emissão = R\$ 425.000.000,00 = 40,8% do Limite da Emissão

Limite da Emissão > Valor da Emissão

3.10. Data de Emissão

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures da 1ª, 2ª e 3ª Séries será o dia 1 de novembro de 2006 (“Data de Emissão”).

3.11. Local de Pagamento

Observado o previsto na Cláusula 3.12 desta Escritura, os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento por intermédio da CETIP e da CBLC, conforme as Debêntures estejam custodiadas na CETIP ou na CBLC, ou por meio da instituição responsável pela escrituração das Debêntures para os titulares das Debêntures que não estejam depositadas em custódia vinculada à Bovespa Fix e ao SND.

3.11.1. Imunidade dos Debenturistas

Caso qualquer titular de Debênture goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

3.12. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão automaticamente prorrogados até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, os

prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura, quando a data de tais pagamentos coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

3.13. Encargos Moratórios

Ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso, independente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ficarão sujeitos à multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora *pro rata temporis* de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre os valores em atraso devidamente acrescidos do Rendimento das Debêntures (conforme definido nas Cláusulas 4.4., 5.4. e 6.4. desta Escritura) desde a data de inadimplemento até a data do seu efetivo pagamento.

3.14. Mora do Debenturista

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.13. acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer rendimento, acréscimos ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do seu respectivo vencimento.

3.15. Publicidade

Todos os atos e decisões que vierem, de qualquer forma, a envolver os interesses dos Debenturistas serão obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, no Jornal Valor Econômico, edição nacional.

3.16. Comunicações

As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura, se feitas por fac-símile ou correio eletrônico, serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente), devendo os respectivos originais serem encaminhados até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem; se feitas por correspondência, as comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelos Correios ou por telegrama, nos endereços constantes da qualificação a seguir:

(a) Para a Emissora:

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.
Endereço: Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.900, 11º andar, CEP 04538-132, São Paulo, SP
At. Sr. Roberto Koiti Nakagome
Telefone: (11) 3709-4990
Fax: (11) 3709-4991

(b) Para a Ecorodovias:

Primav Ecorodovias S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.900, 11º andar, CEP 04538-132, São Paulo, SP
At. Sr. Marcello Guidotti
Telefone: (11) 3709-4990
Fax: (11) 3709-4991

(c) Para o Agente Fiduciário:

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Endereço: Av. das Américas, nº 500 – Bloco 13 – Grupo 205, São Paulo, SP.
At.: Sr. Juarez Dias Costa
Telefone: (21) 2493-7003
Fax: (21) 2493-4746/4901
E-mail: agente@oliveiratrust.com.br

(d) Para o Banco Mandatário:

Banco Bradesco S.A.
Endereço: Av. Paulista, 1450, 3º andar, CEP 01310-917, São Paulo, SP.
At.: João Carlos Zani
Telefone/Fax: (11) 2178-4800
E-mail: 4013.zani@bradesco.com.br

(e) Para a CETIP:

CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação
Endereço: Rua Líbero Badaró, 425, 24º andar, CEP 01009-000, São Paulo, SP.
At. Área de Valores Mobiliários
Telefone: (11) 3111-1596
Fax: (11) 3111-1564
E-mail: gr.debentures@cetip.com.br

(f) Para a CBLIC:

Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia
Endereço: Rua XV de Novembro, nº 275, 4º andar, São Paulo, SP
Fax: (11) 3233-2332
At.: Sr. João Batista Fraga

3.17. Destinação dos Recursos

O montante líquido obtido pela Emissora com a distribuição das Debêntures será utilizado, nesta ordem, para (i) liquidar os empréstimos-ponte concedidos pelos Coordenadores à Emissora em 29 de novembro de 2006, no montante total de R\$ 393.000.000,00 (trezentos e noventa milhões de reais), garantido por aval da Ecorodovias ("Empréstimos Ponte"); e (ii) à composição do capital de giro da Emissora. Os Empréstimos Ponte possuem prazo de vencimento de até 360 (trezentos e sessenta dias), sendo atualizado pela taxa CDI, acrescido de 1,20% ao ano, nos primeiros 180 dias e 1,50% dos 180º ao 360º dias.

3.18. Indisponibilidade ou Extinção das Taxas de Rendimento

3.18.1. No caso de extinção, indisponibilidade temporária ou ausência de apuração de quaisquer das taxas de Rendimento conforme definidas para cada Série abaixo ("Taxa de Rendimento" ou em conjunto, "Taxas de Rendimento") por mais de 10 (dez) dias úteis após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar AGD, no prazo máximo de 5 (cinco) dias após o final do prazo de 10 (dez) dias a contar da extinção ou da impossibilidade legal de aplicação da Taxa de Rendimento, para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado ("Taxa Substitutiva"). Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas neste item, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa de Rendimento até a data da deliberação da AGD.

3.18.2. Caso a Taxa de Rendimento venha a ser divulgada antes da realização da AGD, a referida AGD não será mais realizada, e a Taxa de Rendimento, a partir de sua divulgação, passará novamente a ser utilizada para o cálculo dos juros remuneratórios das Debêntures.

3.18.3. Caso não haja acordo na AGD sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das Debêntures em Circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com o seu conseqüente cancelamento, no prazo de 90 (noventa) dias contados da data da realização da respectiva AGD, pelo valor equivalente (a) ao saldo de seu Valor Nominal Unitário e (b) aos Rendimentos aplicáveis, conforme o caso, devidos até a data do efetivo resgate, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento de Rendimentos, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo dos Rendimentos aplicável às Debêntures a serem resgatadas, será utilizada a última Taxa de

Rendimentos divulgada oficialmente.

3.18.4. O disposto nesta Cláusula 3.18 só se aplicará às Debêntures da respectiva série cuja Taxa de Rendimento se tornar indisponível ou extinta, não afetando as Debêntures das demais séries.

3.19. REPACTUAÇÃO

As Debêntures não estarão sujeitas a repactuação.

3.20 RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO

As Debêntures não estão sujeitas ao resgate antecipado facultativo.

CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DA PRIMEIRA SÉRIE

4.1. Quantidade

O número de Debêntures a ser alocado na primeira Série (“Debêntures da 1ª Série”) será definido de acordo com a demanda pelas Debêntures nos diferentes índices de remuneração, conforme apurado pelo Procedimento de *Bookbuilding*.

4.2. Prazo e Data de Vencimento

O prazo de vencimento das Debêntures da 1ª Série será de 84 (oitenta e quatro) meses (7 anos) contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1 de novembro de 2013.

4.3. Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal

4.3.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série será amortizado conforme a tabela a seguir (“Amortização I”):

Data da Amortização I	Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série a ser Amortizado
1 de maio de 2010	12,5 %
1 de novembro de 2010	12,5 %
1 de maio de 2011	12,5 %
1 de novembro de 2011	12,5 %
1 de maio de 2012	12,5 %
1 de novembro de 2012	12,5 %

1 de maio de 2013	12,5 %
1 de novembro de 2013	12,5 %

4.4. Atualização e Remuneração das Debêntures da 1ª Série (“Rendimento I”)

4.4.1. Atualização: O Valor Nominal Unitário não será atualizado.

4.4.2. A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 1ª Série farão jus à seguinte remuneração, definida em procedimento de *bookbuilding*:

4.4.3. Juros Remuneratórios: As Debêntures da 1ª Série renderão juros, correspondentes a, no máximo, 104,50% (cento e quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento) da taxa média de juros dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, “Extra Grupo” (“Taxas DI”), calculadas e divulgadas pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), expressa na forma percentual ano ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido na Cláusula 4.4.4 abaixo.

4.4.3.1 A taxa final mencionada na Cláusula 4.4.3 acima será efetivamente apurada em processo de *bookbuilding* e constará de um aditamento a esta Escritura.

4.4.4. Define-se Período de Capitalização como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de juros correspondente ao período em questão, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento. Os juros correspondentes aos Períodos de Capitalização serão devidos semestralmente, a partir da Data de Emissão, sendo a primeira Data de Pagamento em 1º de maio de 2006 e a última Data de Pagamento de Remuneração coincidindo com a Data de Vencimento das Debêntures.

4.4.5. As taxas médias diárias são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério pro rata temporis, até a data do efetivo pagamento dos juros, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização.

4.4.6. O cálculo dos juros obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{FatorDI} - 1)$$

onde:

J valor unitário dos Juros Remuneratórios acumulado no período, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento; devidos no final de cada

Período de Capitalização (conforme definido abaixo);

VNe Valor Nominal Unitário da Debênture no início de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI produtório das taxas DI com uso de percentual aplicado, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n \left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$$

onde:

n número total de taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

p Percentual aplicado sobre a taxa DI, informado com 2 (duas) casas decimais;

TDI_k Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma;

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

k 1, 2, ..., n

DI_k Taxa DI Over divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

$$\left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$$

O fator resultante da expressão é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

$$\left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100}\right)$$

Efetua-se o produtório dos fatores diários, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.4.7. O pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série será feito semestralmente, a partir da Data de Emissão, no dia 1º, nos meses de maio e novembro de cada ano, sendo o último pagamento em 1º de novembro de 2013, na Data de Vencimento.

4.4.8. O preço de subscrição das Debêntures da 1ª Série será o seu Valor Nominal Unitário acrescido do Rendimento I, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de subscrição.

4.4.9. A integralização das Debêntures da 1ª Série será à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis a CETIP e a CBLC.

DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DA SEGUNDA SÉRIE

5.1. Quantidade

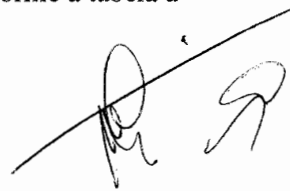
O número de Debêntures a ser alocado na segunda Série (“Debêntures da 2ª Série”) será definido de acordo com a demanda pelas Debêntures nos diferentes índices de remuneração, conforme apurados no Procedimento de *Bookbuilding*.

5.2. Prazo e Data de Vencimento

O prazo de vencimento das Debêntures da 2ª Série será de 90 (noventa) meses (7 anos e 6 meses) contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1 de maio de 2014, data em que será pago o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série ainda não amortizado, juntamente com o valor do Rendimento II (conforme definido abaixo) em moeda corrente nacional, nos termos desta Escritura.

5.3. Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal

O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série será amortizado conforme a tabela a seguir (“Amortização II”):



Data da Amortização	Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série
01 de maio de 2010	20%
01 de maio de 2011	20%
01 de maio de 2012	20%
01 de maio de 2013	20%
01 de maio de 2014	20%

5.4. Rendimento II

A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 2ª Série farão jus ao seguinte rendimento, composto pela Atualização II (conforme definida na Cláusula 5.4.1. abaixo) e pelos Juros Remuneratórios da 2ª Série (conforme definido na Cláusula 5.4.3. abaixo) (o “Rendimento II”):

5.4.1. Atualização II

As Debêntures da 2ª Série terão o seu Valor Nominal Unitário atualizado (a “Atualização”) a partir da Data de Emissão, pelo número do índice IGP-M - Índice Geral de Preços do Mercado, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (“Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série”), sendo o produto da Atualização incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série automaticamente, segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times \left\{ \left[\frac{IGP-M_1}{IGP-M_0} \right]^{\frac{d_{exp1}}{d_{a1}}} \times \left[\frac{IGP-M_2}{IGP-M_1} \right]^{\frac{d_{exp2}}{d_{a2}}} \times \dots \times \left[\frac{IGP-M_n}{IGP-M_{n-1}} \right]^{\frac{d_{expn}}{d_{an}}} \right\}$$

$$Vna = Vne \times C$$

onde:

C = Fator acumulado das variações mensais dos índices utilizados, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

VNa é o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe é o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série no início do Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série (conforme definido na Cláusula 5.4.3.1. abaixo), informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

IGP-M₀ é o valor do número índice do IGP-M do mês anterior ao mês de início de atualização;

IGP-M₁ é o valor do número índice do IGP-M do mês de início de atualização;

IGP-M₂ é o valor do número índice do IGP-M do mês subsequente ao mês de início de atualização;

IGP-M_n é o valor do número índice do IGP-M do mês anterior ao mês de atualização até a data de aniversário da Debênture da 2ª Série. Após a data de aniversário, valor do número índice do IGP-M do mês de atualização;

IGP-M_{n-1} é o valor do número índice do IGP-M do mês anterior ao mês “n”;

dup é o número de dias úteis da última data base até a data de atualização, sendo dup um número inteiro;

dut é o número de dias úteis contidos entre a última e a próxima data base, sendo dut um número inteiro.

Para efeitos das definições indicadas acima, consideram-se “datas de aniversário” as datas correspondentes ao primeiro dia útil de cada mês, e “data base” o primeiro dia útil de cada mês.

O número índice do IGP-M deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.

A aplicação do IGP-M incidirá anualmente, ou no menor período permitido pela legislação em vigor.

OBS (1).: Os fatores resultantes das expressões $[IGP-M(n) / IGP-M(n-1)]$ são considerados com 8 casas decimais, sem arredondamento.

OBS (2).: O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando - se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 casas decimais, sem arredondamento.

5.4.1.1. Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora relativas às Debêntures da 2ª Série não houver divulgação do IGP-M, será aplicado o último número índice do IGP-M divulgado.

5.4.2. Periodicidade de Pagamento da Atualização II

A Atualização será paga juntamente com o Valor Nominal Unitário, e na proporção do Valor Nominal Unitário, conforme definido na tabela do item 5.3 acima, exclusivamente (i) nas datas de Amortização das Debêntures da 2ª Série, (iii) na Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série e/ou (iii) nas datas em que sejam realizadas eventuais amortizações das Debêntures.

5.4.3. Juros Remuneratórios da 2ª Série

As Debêntures da 2ª Série renderão juros correspondentes à taxa percentual fixa ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidente sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série, calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por dias úteis de acordo com a fórmula prevista abaixo (“Juros Remuneratórios da 2ª Série”). A taxa percentual referida acima será definida em Procedimento de *Bookbuilding*.

5.4.3.1. Define-se “Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série” como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data da Emissão (inclusive), no caso do primeiro Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série, ou na Data de Pagamento de Juros da 2ª Série (conforme abaixo definido) imediatamente anterior (inclusive), no caso dos demais Períodos de Capitalização das Debêntures da 2ª Série, e termina na Data de Pagamento de Juros da 2ª Série correspondente ao período (exclusive). Cada Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série sucede o anterior sem solução de continuidade. Os Juros Remuneratórios da 2ª Série correspondentes aos Períodos de Capitalização das Debêntures da 2ª Série serão devidos em 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014, sempre nos dias 1º de maio de cada um desses anos (referidas datas de pagamento dos Juros Remuneratórios da 2ª Série, as “Datas de Pagamento de Juros da 2ª Série”).

5.4.3.2. O cálculo dos Juros Remuneratórios da 2ª Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = (VNa \times [FatorJuros - 1])$$

onde:

J = valor dos Juros Remuneratórios da 2ª Série devidos no final de cada Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Atualizado das Debêntures da 2ª Série calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = Fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$\text{FatorJuros} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{taxa}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}$$

onde:

taxa = taxa de juros fixa, na forma percentual ao ano, informada com 4 (quatro) casas decimais, a ser definida no Procedimento de *Bookbuilding*;

n = é o número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo “n” um número inteiro;

DT = é o número de dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo “DT” um número inteiro;

DP = é o número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo “DP” um número inteiro;

5.5. Preço de Subscrição e Integralização

5.5.1. O preço de subscrição das Debêntures da 2ª Série será o seu Valor Nominal Unitário acrescido do Rendimento II, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de subscrição.

5.5.2. Caso, até a data de subscrição das Debêntures da 2ª Série não haja divulgação do IGP-M, será utilizado para cálculo do Valor Nominal Unitário Atualizado II a última projeção de IGP-M da ANDIMA, disponível no site www.andima.com.br, ou na sua falta o último IGP-M oficialmente divulgado, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior do IGP-M que seria aplicável.

5.5.3. A integralização das Debêntures da 2ª Série será à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis a CETIP e a CBLC.

DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DA TERCEIRA SÉRIE

6.1. Quantidade

O número de Debêntures a ser alocado na terceira Série (“Debêntures da 3ª Série”) será definido de acordo com a demanda pelas Debêntures nos diferentes índices de remuneração, conforme apurado no Procedimento de *Bookbuilding*.

6.2. Prazo e Data de Vencimento

O prazo de vencimento das Debêntures da 3ª Série será de 96 (noventa e seis) meses (8 anos) contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1 de novembro de 2014, data em que será pago o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série ainda não amortizado, juntamente com o valor do Rendimento III (conforme definido abaixo), em moeda corrente nacional, nos termos desta Escritura.

6.3. Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal

O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série será amortizado conforme a tabela a seguir (“Amortização III”):

Data da Amortização	Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série
01 de novembro de 2010	20%
01 de novembro de 2011	20%
01 de novembro de 2012	20%
01 de novembro de 2013	20%
01 de novembro de 2014	20%

6.4. Rendimento III

A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 3ª Série farão jus ao seguinte rendimento, composto pela Atualização (conforme definida na Cláusula 6.4.1. abaixo) e pelos Juros Remuneratórios da 3ª Série (conforme definido na Cláusula 6.4.3. abaixo) (o “Rendimento III”):

6.4.1. Atualização

As Debêntures da 3ª Série terão o seu Valor Nominal Unitário atualizado (a "Atualização") a partir da Data de Emissão, pelo número índice do IGP-M - Índice Geral de Preços do Mercado, apurada e divulgada pela Fundação Getúlio Vargas ("Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 3ª Série"), sendo o produto da Atualização incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série automaticamente, segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times \left\{ \left[\frac{IGP-M_1}{IGP-M_0} \right]^{\frac{dup_1}{360}} \times \left[\frac{IGP-M_2}{IGP-M_1} \right]^{\frac{dup_2}{360}} \times \dots \times \left[\frac{IGP-M_n}{IGP-M_{n-1}} \right]^{\frac{dup_n}{360}} \right\}$$

$$Vna = Vne \times C$$

onde:

C = Fator acumulado das variações mensais dos índices utilizados, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

VNa é o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 3ª Série, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe é o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série no início do Período de Capitalização das Debêntures da 3ª Série (conforme definido na Cláusula 6.4.3.1. abaixo), informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

IGP-M₀ é o valor do número índice do IGP-M do mês anterior ao mês de início de atualização;

IGP-M₁ é o valor do número índice do IGP-M do mês de início de atualização;

IGP-M₂ é o valor do número índice do IGP-M do mês subsequente ao mês de início de atualização;

IGP-M_n é o valor do número índice do IGP-M do mês anterior ao mês de atualização até a data de aniversário da Debênture da 3ª Série. Após a data de aniversário, valor do número índice do IGP-M do mês de atualização;

IGP-M_{n-1} é o valor do número índice do IGP-M do mês anterior ao mês "n";

dup é o número de dias úteis da última data base até a data de atualização, sendo dup um número inteiro;

dut é o número de dias úteis contidos entre a última e a próxima data base, sendo dut um número inteiro.

Para efeitos das definições indicadas acima, consideram-se “datas de aniversário” as datas correspondentes ao primeiro dia útil de cada mês, e “data base” o primeiro dia útil de cada mês.

O número índice do IGP-M deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.

A aplicação do IGP-M incidirá anualmente, ou no menor período permitido pela legislação em vigor.

OBS (1).: Os fatores resultantes das expressões $[IGP-M(n) / IGP-M(n-1)]$ são considerados com 8 casas decimais, sem arredondamento.

OBS (2).: O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando - se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 casas decimais, sem arredondamento.

6.4.1.1. Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora relativas às Debêntures da 3ª Série não houver divulgação do IGP-M, será aplicado o último número índice do IGP-M divulgado.

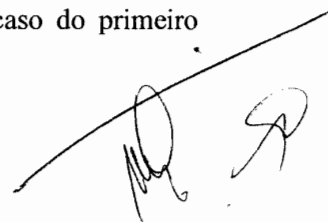
6.4.2. Periodicidade de Pagamento da Atualização

A Atualização será paga juntamente com o Valor Nominal Unitário, e na proporção do Valor Unitário, conforme definido na tabela do item 6.3 acima, exclusivamente (i) nas datas de Amortização das Debêntures da 2ª Série, (iii) na Data de Vencimento das Debêntures da 3ª Série e/ou (iii) nas datas em que sejam realizadas eventuais amortizações das Debêntures.

6.4.3. Juros Remuneratórios da 3ª Série

As Debêntures da 3ª Série renderão juros correspondentes à taxa percentual fixa ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidente sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 3ª Série, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização das Debêntures da 3ª Série, calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por dias úteis de acordo com a fórmula prevista abaixo (“Juros Remuneratórios da 3ª Série”). A taxa percentual referida acima será definida em procedimento de *bookbuilding* a ser conduzido pelas instituições financeiras responsáveis pela coordenação da Emissão e colocação das Debêntures (“Procedimento de *Bookbuilding*”).

6.4.3.1. Define-se “Período de Capitalização das Debêntures da 3ª Série” como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data da Emissão (inclusive), no caso do primeiro



Período de Capitalização das Debêntures da 3ª Série, ou na Data de Pagamento de Juros da 3ª Série (conforme abaixo definido) imediatamente anterior (inclusive); no caso dos demais Períodos de Capitalização das Debêntures da 3ª Série, e termina na Data de Pagamento de Juros da 3ª Série correspondente ao período (exclusive). Cada Período de Capitalização das Debêntures da 3ª Série sucede o anterior sem solução de continuidade. Os Juros Remuneratórios da 3ª Série correspondentes aos Períodos de Capitalização das Debêntures da 3ª Série serão devidos em 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014, sempre nos dias 1º de novembro de cada um desses anos (referidas datas de pagamento dos Juros Remuneratórios da 3ª Série, as “Datas de Pagamento de Juros da 3ª Série”).

6.4.3.2. O cálculo dos Juros Remuneratórios da 3ª Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = \{VNa \times [FatorJuros - 1]\}$$

onde:

J = valor dos Juros Remuneratórios da 3ª Série devidos no final de cada Período de Capitalização das Debêntures da 3ª Série, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Atualizado das Debêntures da 3ª Série calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = Fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$FatorJuros = \left\{ \left[\left(\frac{taxa}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}$$

onde:

taxa = taxa de juros fixa, na forma percentual ao ano, informada com 4 (quatro) casas decimais, a ser definida no Procedimento de *Bookbuilding*;

n = é o número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo “n” um número inteiro;

DT = é o número de dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo “DT” um número inteiro;

DP = é o número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo “DP” um número inteiro;

6.5. Preço de Subscrição e Integralização

6.5.1. O preço de subscrição das Debêntures da 3ª Série será o seu Valor Nominal Unitário acrescido do Rendimento III, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de subscrição.

6.5.2. Caso, até a data de subscrição das Debêntures da 3ª Série não haja divulgação do IGP-M, será utilizado para cálculo do Valor Nominal Unitário Atualizado II a última projeção de IGP-M da ANDIMA, disponível no site www.andima.com.br, ou na sua falta o último IGP-M oficialmente divulgado, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior do IGP-M que seria aplicável.

6.5.3. A integralização das Debêntures da 3ª Série será à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis a CETIP e a CBLIC.

6.6 Valores Devidos

6.6.1 Para fins do Contrato de Cessão Fiduciária, o Rendimento I, Amortização I, Rendimento II, Amortização II, Rendimento III e Amortização III, serão denominadas conjuntamente como “Valores Devidos”.

DOS COMPROMISSOS DA EMISSORA E DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

7.1. Até a amortização total do saldo devedor das Debêntures, e a menos que o Agente Fiduciário de outra forma previamente autorize, a Emissora obriga-se a:

(a) utilizar os recursos oriundos da Emissão, nesta ordem e nos termos da Cláusula 3.17., para (i) liquidar os Empréstimos-Ponte da Emissora; e (ii) à composição do capital de giro da Emissora;

(b) fornecer, dentro de prazo razoável, sempre considerando-se o escopo da solicitação, as informações sobre a Emissora e a Ecorodovias e seus ativos que o Agente Fiduciário eventualmente requerer, desde que tais informações sejam necessárias à defesa dos direitos dos Debenturistas e ressalvadas as informações de natureza estratégica e/ou confidencial para a Emissora;

(c) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer mudança na natureza ou escopo dos negócios e operações da Emissora, ou sobre qualquer evento ou fato, que no entendimento da Emissora afete ou que possa afetar adversamente, de forma significativa, a condição financeira da Emissora ou sua capacidade de cumprir suas obrigações nos termos do (A) Contrato de Concessão Rodoviária nº 07/CR/98 (“Contrato de Concessão”), celebrado em 27 de maio de 1998, entre o Estado de São Paulo, por intermédio do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, hoje representado pela Agência de Transportes do Estado de

São Paulo (“ARTESP” ou “Poder Concedente”), e a Emissora, e/ou (R) desta Escritura, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contado a partir da data que a Emissora tomar conhecimento da respectiva mudança ou evento;

(d) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer condenação em decisão transitada em julgado decorrente de processo judicial, que afete ou que possa afetar adversamente, de forma significativa, a Emissora e seus ativos, ou a capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura e/ou do Contrato de Concessão, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contado a partir da data que a Emissora tomar conhecimento do respectivo trânsito em julgado do processo;

(e) notificar o Agente Fiduciário acerca de qualquer inadimplemento ou descumprimento relevante por parte da Emissora ou da ARTESP de qualquer obrigação nos termos do Contrato de Concessão, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados a partir da data que a Emissora tomar conhecimento do respectivo inadimplemento ou descumprimento;

(f) fornecer ao Agente Fiduciário cópia de qualquer comunicação enviada pela ARTESP à Emissora relativa a uma possível causa de término, vencimento antecipado ou resilição, ou resolução do Contrato de Concessão, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados a partir da data do recebimento pela Emissora da referida comunicação;

(g) manter vigentes as apólices de seguro que sejam estabelecidas em decorrência de disposição expressa no Contrato de Concessão, informando ao Agente Fiduciário as renovações e/ou alterações que eventualmente ocorram nas referidas apólices;

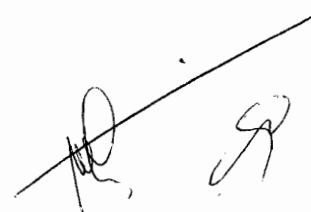
(h) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre a ocorrência de quaisquer (A) descumprimentos de obrigações previstas nesta Escritura, e (B) Eventos de Inadimplemento (conforme definidos na Cláusula 9.1 abaixo); e

(i) manter válidas todas as concessões, autorizações e licenças (inclusive licenças ambientais) necessárias à exploração de seus negócios, especialmente com relação às licenças e autorizações requeridas nos termos do Contrato de Concessão.

DA NEGOCIAÇÃO DE DEBÊNTURES PELA EMISSORA

8.1. Aquisição Facultativa

8.1.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação, por preço não superior ao saldo do seu Valor Nominal Unitário acrescido do Rendimento I, II ou III, conforme o caso, calculado *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da data



de último pagamento do Rendimento I, II, ou III, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, observando o disposto no parágrafo 2º, do artigo 55, da Lei das S.A.

8.1.2. As Debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas a qualquer momento, permanecer em tesouraria da Emissora, ou colocadas novamente no mercado, devendo, no primeiro caso, ser objeto de aditamento a esta Escritura.

8.1.3. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures em circulação.

8.2 Recompra

8.2.1. Fica acordado que caso o Poder Concedente exija a disposição ou negociação dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, nos termos da Cláusula 4.1. (v) do Contrato de Cessão Fiduciária, em montante correspondente a mais do que 5% (cinco por cento) da receita operacional bruta da Emissora, calculada com base no exercício social imediatamente anterior, a Emissora deverá notificar o Agente Fiduciário para que convoque uma AGD.

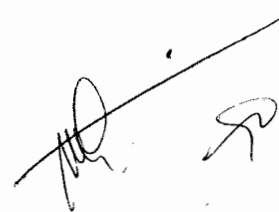
8.2.2. A notificação do Agente Fiduciário de que trata o item anterior deverá ser realizada pela Emissora em até 15 (quinze) dias após a data que a Emissora tomar ciência da ocorrência do evento.

8.2.3. Na AGD, cada Debenturistas terá a opção de manifestar a intenção de manter ou não a titularidade das suas Debêntures.

8.2.4. A Emissora obriga-se a adquirir, no prazo de até 90 (noventa) dias a partir da data da AGD, a totalidade das Debêntures dos Debenturistas que manifestarem a intenção em alienar suas Debêntures. As Debêntures serão adquiridas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da atualização monetária (quando aplicável) e dos Juros Remuneratórios incidentes *pro rata temporis* desde a última data de pagamento até a data da efetiva recompra. Os Debenturistas que se abstiverem de votar na AGD ou não manifestarem interesse na recompra ou, ainda, não comparecerem à AGD, manterão a titularidade das Debêntures.

8.2.5 As debêntures adquiridas pela Emissora na forma desta Cláusula poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas no mercado.

8.2.6 Caso ocorra a recompra pela Emissora, os procedimentos a serem utilizados serão aqueles adotados pela CETIP para as debêntures depositadas na CETIP e pela CBLC para as debêntures depositadas na CBLC.



DO VENCIMENTO ANTECIPADO

9.1. Vencimento Antecipado

O Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativamente às Debêntures e exigir, mediante notificação, o imediato pagamento pela Emissora do saldo do Valor Nominal Unitário acrescido do Rendimento aplicável, calculado *pro rata temporis*, conforme disposto nas Cláusulas 4.4, 5.4 e 6.4, a partir das respectivas Datas de Emissão ou da última data de pagamento de Rendimento aplicável, o que ocorrer por último, independentemente de qualquer aviso, interpelação ou notificação judicial ou extra-judicial à Emissora, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos (“Eventos de Inadimplemento”):

- (a) liquidação, dissolução, pedido de auto-falência ou de falência não elidido no prazo legal, decretação de falência ou de qualquer figura semelhante que venha a ser criada por lei, da Emissora ou da Ecorodovias;
- (b) propositura, pela Emissora ou pela Ecorodovias de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ou ainda, ingresso, pela Emissora ou pela Ecorodovias, em juízo, de requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;
- (c) descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária desta Escritura, não sanado no prazo de 1 (um) dia útil, contado da notificação do Agente Fiduciário neste sentido;
- (d) protestos de títulos contra a Emissora, que não sejam sanados ou declarados ilegítimos no prazo de 30 (trinta) dias, cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), à exceção do protesto efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora no prazo legal;
- (e) pagamentos aos acionistas da Emissora de dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, quando a Emissora estiver em mora com relação às Debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo legal obrigatório previsto no alínea “b” do artigo 36do Estatuto Social da Emissora;
- (f) falta de cumprimento pela Emissora de quaisquer obrigações não-pecuniárias previstas, nesta Escritura, que não sejam sanadas no prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do Agente Fiduciário neste sentido;

(g) falta de cumprimento pela Emissora de quaisquer obrigações previstas nos Contratos de Garantia, respeitados os prazos previstos nos Contratos de Garantia;

(h) a Emissora inadimplir qualquer dívida financeira em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ou seu contravalor em outras moedas, se tal inadimplemento não for sanado no prazo de cura aplicável a tal pagamento, salvo se o não pagamento da dívida na data de seu respectivo vencimento (i) tiver a concordância do credor correspondente ou, ainda (ii) estiver amparado por decisão judicial vigente obtida pela Emissora;

(i) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação da Emissora ou de qualquer de suas controladas, em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ou seu contravalor em outras moedas;

(j) as declarações e garantias prestadas pela Emissora da Cláusula 13.2 abaixo, bem como as prestadas pela Ecorodovias e pela Emissora nos termos dos Contratos de Garantia, forem descumpridas e/ou proyarem-se substancialmente falsas, incorretas ou enganosas;

(k) a Emissora transferir ou por qualquer forma ceder ou prometer ceder a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu nesta Escritura, sem a prévia anuência dos Debenturistas;

(l) desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de qualquer entidade governamental brasileira que resulte na incapacidade de gestão de seus negócios, pela Emissora, desde que tal desapropriação, confisco ou outra medida afete substancialmente a capacidade de pagamento, pela Emissora, de suas obrigações relativas às Debêntures;

(m) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora, em valor unitário ou agregado superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ou seu contravalor em outras moedas, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data estipulada para pagamento;

(n) cisão, fusão ou ainda, incorporação da Emissora por outra companhia, sem a prévia e expressa autorização dos Debenturistas, exceto se a cisão, fusão ou incorporação atender aos requisitos do artigo 231 da Lei das S.A., ou, ainda, transferência do controle acionário da Emissora, desde que, após a referida transferência de controle, uma agência de classificação de risco de renome internacional rebaixar o *rating* da Emissão;

(o) a Emissora criar ou permitir a existência de quaisquer ônus ou gravames sobre as propriedades, ativos ou receitas, no presente ou no futuro, da Emissora, exceto: (i) aqueles previstos nos Contratos de Garantia; (ii) penhores ou depósitos para garantir direitos e obrigações trabalhistas, fiscais ou judiciais da Emissora, desde que liberados em 30 (trinta)

dias da data em que forem constituídos, exceto se contestados em boa-fé pela Emissora, neste caso devendo ser liberados em 30 (trinta) dias após a respectiva decisão judicial final; (iii) ônus ou gravames exigidos nos termos do Contrato de Concessão; e (iv) bens que não estiverem gravados nos termos dos Contratos de Garantia;

(p) tiver sido alterado o objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora, exceto se tal alteração for determinada pelo Poder Concedente ou se tratar de modificação pontual que não resulte na mudança da atividade principal da Emissora;

(q) a Emissora vender, ceder, locar ou de qualquer forma alienar a totalidade ou parte relevante de seus ativos, de forma que afete substancialmente a capacidade de pagamento da Emissora de suas obrigações relativas às Debêntures, seja em uma única transação ou em uma série de transações, relacionadas ou não; e

(r) não-manutenção, enquanto houver Debêntures em Circulação, dos seguintes índices e limites, os quais serão apurados no último dia de cada trimestre tomando-se por base os últimos 12 (doze) meses anteriores à respectiva data de apuração:

(i) o índice obtido pela divisão da Dívida Financeira Líquida pelo EBITDA (conforme definidos abaixo) deverá ser igual ou inferior a 2,2; e

(ii) o índice obtido pela divisão entre EBITDA e Serviço da Dívida (conforme definidos abaixo) deverá ser igual ou superior a 1,3.

“Dívida Financeira Líquida”: significa o valor calculado em bases consolidadas igual (a) à soma do passivo referente a empréstimos, financiamentos, debêntures, encargos financeiros provisionados e não pagos, notas promissórias (*commercial papers*), títulos emitidos no mercado internacional (*bonds, eurobonds, short term notes*), registrados no passivo circulante e no exigível a longo prazo, (b) diminuído pelos saldos de caixa e aplicações financeiras registrados no ativo circulante;

“EBITDA”: significa o lucro ou prejuízo operacional da Emissora, antes da contribuição social e imposto de renda, adicionando-se as Despesas Financeiras, depreciação e amortização, e excluindo as Receitas Financeiras, definição esta na forma usualmente aceita pelas práticas contábeis brasileiras;

“Despesas Financeiras”: despesas calculadas pelo regime de competência referentes a: juros relativos a dívidas bancárias, (ii) juros incorridos às Debêntures e demais títulos e valores mobiliários emitidos pela Emissora nos mercados financeiro e de capitais, internacional e nacional, (iii) despesa de variação monetária e cambial de juros e principal das modalidades de dívida referidas nos itens (i) e (ii) da presente definição, (iv) despesas financeiras relativas a mútuos com partes relacionadas listados no passivo da Emissora, bem como (v) despesas financeiras referentes a passivos de operações de derivativos;

“Receitas Financeiras” : receitas calculadas pelo regime de competência definidos como: (i) receitas de aplicações financeiras (ii) receita de variação monetária e cambial de juros e principal sobre as dívidas bancárias, sobre as Debêntures, sobre o direito de outorga da concessão e demais títulos e valores mobiliários emitidos pela Emissora nos mercados financeiro e de capitais, internacional e nacional, (iv) receitas financeiras relativas a mútuos com partes relacionadas listados no ativo da Emissora, bem como (v) receitas financeiras referentes a ativos de operações de derivativos;

“Serviço da Dívida”: todos os valores pagos de principal e juros relacionados a Dívida, exceto os pagamentos efetuados no mesmo período de apuração de juros e amortizações referentes aos empréstimos do BID, BNDES e Empréstimo-Ponte, liquidadas em função da emissão das referidas Debêntures.

Somente ocorrerá o vencimento antecipado das Debêntures caso os índices e limites estabelecidos na Cláusula 9.1(r) não sejam observados em mais de dois trimestres durante todo o prazo das Debêntures, sendo que tais dois trimestres não poderão ser consecutivos.

(s) transformação da Emissora em sociedade limitada;

(t) rescisão, término, perda, encampação, caducidade ou anulação do Contrato de Concessão;

(u) se a soma do valor das ações objeto do penhor nos termos do Contrato de Penhor e do valor dos direitos creditórios objeto da cessão fiduciária em garantia nos termos do contrato de Cessão Fiduciária resultar em montante inferior a 125% (cento e vinte e cinco por cento) do saldo devedor das Debêntures; e

(v) caso o Banco Interamericano de Desenvolvimento ("BID") e/ou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social - BNDES ("BNDES") questionem, por escrito, ou se oponham, por escrito, à liberação das garantias prestadas nos termos dos contratos de financiamento celebrados pela Emissora junto ao BID e ao BNDES, em 30 de março de 2001, salvo se os referidos questionamentos ou oposições sejam atendidos no prazo de 20 (vinte) dias contados das suas respectivas datas de ocorrência.

9.2. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nas alíneas (a), (b), (c), (e), (i) e (t) da Cláusula 9.1 acima, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures. O vencimento antecipado automático de qualquer série das Debêntures acarretará o vencimento antecipado de todas as Debêntures de todas as Séries em circulação.

9.3. O Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 2 (dois) dias úteis da data que tomar conhecimento da ocorrência de quaisquer Eventos de Inadimplemento não indicados na Cláusula 9.2 acima, uma AGD para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

9.3.1. A AGD a que se refere a Cláusula 9.3 anterior poderá, por deliberação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures.

9.3.2. Caso os Debenturistas não aprovem a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido do Rendimento I, II ou III, conforme o caso, e encargos até a data de seu efetivo pagamento. Neste caso, o Agente Fiduciário deverá convocar, imediatamente, uma AGD para deliberar sobre o vencimento antecipado das Debêntures das outras Séries em circulação. O vencimento antecipado somente não será declarado caso assim seja deliberado na referida AGD, por deliberação de Debenturistas representantes de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures das outras Séries em circulação.

9.4. A Ecorodovias poderá efetuar o cancelamento de 7.934.120 (sete milhões novecentos e trinta e quatro mil e cento e vinte) ações por meio de uma redução do capital social da Emissora, de acordo com os procedimentos estabelecidos nos artigos 173 e 174 da Lei das Sociedades por Ações sem que este evento caracterize o vencimento antecipado das Debêntures.

9.4.1 A aquisição das Debêntures acarretará a concordância expressa dos Debenturistas com relação à referida redução de capital, ficando estabelecido, neste ato, que não será realizada a AGD especial para a aprovação prévia da redução de capital prevista no § 3º do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações.

9.5. Em conformidade com o artigo 231 da Lei das S.A., a incorporação, a fusão ou a cisão da Emissora dependerá da prévia aprovação de 2/3 (dois terços) dos titulares das Debêntures em circulação, reunidos em AGD especialmente convocada para esse fim, dispensada tal aprovação se a Emissora assegurar aos Debenturistas que o desejarem, a aquisição pela Emissora das Debêntures de que forem titulares, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses a contar da data de publicação das AGDs relativas à operação.

9.5. No caso da ocorrência do evento indicado na Cláusula 9.1(n) acima, a Agência de classificação de risco deverá ser convocada pela Emissora em até 10 (dez) dias corridos, contados da data em que se tornar efetiva a alteração no controle acionário da Emissora, para realizar a atualização do *rating* da Emissão, sob pena de, (i) em não sendo feita a referida convocação; ou (ii) não sendo divulgado o *rating* atualizado no prazo de 30 (trinta) dias da convocação por ato ou fato imputável à Emissora, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures. A agência de classificação a ser convocada será a Standard & Poor's. Caso a Agência de *rating* cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir o *rating*, a Emissora poderá (i) solicitar atribuição de *rating* à Moody's ou Fitch, ou (ii) convocar Assembléia

Geral de Debenturistas para definir a nova agência de *rating* para emitir o *rating* para a finalidade do vencimento antecipado.

DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

10.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

- (a) encaminhar ao Agente Fiduciário: (i) no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a partir da data do recebimento da respectiva solicitação, qualquer informação que seja solicitada para a defesa dos interesses dos Debenturistas, observada a legislação aplicável e ressalvadas as informações de natureza estratégica e/ou confidencial para a Emissora; (ii) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou dentro no máximo de 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre social, ou nas datas de suas divulgações, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício ou cópia de suas informações trimestrais relativas ao respectivo trimestre, ambas acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, acompanhado de relatório demonstrando a apuração dos índices financeiros previstos na alínea "r" do item 9.1 acima, explicitando as rubricas necessárias à sua apuração e de declaração do Diretor de Relações com Investidores atestando o cumprimento das disposições constantes na Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia; (iii) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pelas normas da CVM, nos prazos previstos; (iv) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora relacionada a um Evento de Inadimplemento, imediatamente após o seu recebimento; e (v) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou dentro no máximo de 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre social, quando for o caso, atualização dos valores previstos no item 3.9 acima para fins de acompanhamento da garantia real;
- (b) convocar AGD, para deliberar sobre qualquer das matérias que se relacionem com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (c) cumprir as determinações emanadas da CVM, entregando os documentos solicitados e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (d) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente devidamente registrada na CVM;
- (e) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos das normas, regulamentos e instruções da CVM aplicáveis;
- (f) manter atendimento adequado aos Debenturistas, através do seu Diretor de Relações com Investidores, para assegurar-lhes tratamento eficiente;



(g) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor, nem realizar operações fora do curso normal dos negócios ou das condições de mercado vigentes à época;

(h) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora;

(i) contratar agência classificadora de risco que seja a Standard & Poors, Moody's ou Fitch ou qualquer agência internacional de *rating* que as substitua caso estas venham a deixar de existir, para obtenção de "*rating*", para (i) manter atualizado o relatório de classificação de risco das Debêntures, com periodicidade mínima de 1 (um) ano, até o vencimento das Debêntures, além de fazer com que tal agência classificadora de risco dê ampla divulgação de tal classificação de risco ao mercado; (ii) assegurar que seja entregue ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da data de disponibilização dos referidos relatórios; e (iii) comunicar em até 3 (três) dias úteis ao Agente Fiduciário qualquer alteração da classificação de risco das Debêntures; e

(j) encaminhar imediatamente à CVM e ao Agente Fiduciário e divulgar na página da rede mundial de computadores pertinente, o relatório referido na alínea anterior;

(k) manter em vigor as autorizações para celebrar esta Escritura e cumprir com todas as obrigações aqui previstas, satisfazendo todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto; e

(l) cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, vigentes e aplicáveis à condução de seus negócios, exceto aquelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que estejam sendo contestados judicialmente ou administrativamente, de boa-fé, pela Companhia.

DO AGENTE FIDUCIÁRIO

11.1. Nomeação

A Emissora constitui e nomeia a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., acima qualificada, como o Agente Fiduciário dos Debenturistas da Emissão, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures.

11.1.1. O exercício permanente da função de Agente Fiduciário é privativo das pessoas indicadas no artigo 7º da Instrução CVM nº 28/83.

11.2. Declarações



11.2.1. O Agente Fiduciário declara:

- (a) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, § 3º, da Lei das S.A., e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) aceitar integralmente todas as suas cláusulas e condições da Escritura; e
- (d) estar ciente da regulamentação aplicável às Debêntures e à Emissão, emanada da CVM, do Banco Central do Brasil e demais autoridades e órgãos competentes; e
- (e) ter verificado a regularidade da constituição da garantia das Debêntures desta Emissão, bem como o valor dos bens dados em garantia, conforme item 3.9 acima, e que se compromete a observar a manutenção de sua suficiência e exequibilidade.

11.2.2. A Emissora, por sua vez, declara não ter conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das S.A., e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares.

11.3. Substituição

11.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, AGD para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

11.3.2. Se a convocação da AGD a que se refere a Cláusula 11.3.1 acima não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a escolha, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

11.3.3. A remuneração do novo agente fiduciário será definida na própria AGD que o escolher, observado o disposto na Cláusula 11.3.7 abaixo.

11.3.4. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

11.3.5. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento da distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim.

11.3.6. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28/83, e eventuais normas posteriores.

11.3.7. O Agente Fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso a AGD não delibere sobre a matéria, observado que o eventual substituto não poderá, em hipótese alguma, receber remuneração superior ao seu antecessor.

11.3.8. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser operada por meio de aditamento à presente Escritura, aditamento este que deverá ser inscrito na JUCESP.

11.3.9. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da lavratura da Escritura e o novo agente fiduciário a partir de eventual aditamento em que for nomeado como substituto para exercer a função, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição ou até a data de vencimento das Debêntures.

11.3.10. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

11.4. Deveres

Além de outros previstos em lei, ou em ato normativo da CVM, e na presente Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- (b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra circunstância que lhe impeça o exercício da função;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;



- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inconsistências constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora;
- (j) convocar, quando necessário, a AGD;
- (k) enviar à CVM, ao Bovespa Fix e ao SND, na data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à AGD;
- (l) comparecer à AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (m) enviar à CVM, ao Bovespa Fix e ao SND, no mesmo dia da AGD, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da Assembléia;
- (n) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, §1º, alínea "b", da Lei das S.A., o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações: (i) eventual omissão ou inconsistência de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na prestação obrigatória de informações pela Emissora; (ii) alterações estatutárias ocorridas no período; (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora; (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado; (v) aquisição facultativa e pagamento de rendimento das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora; (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora; (vii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura; (viii) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das Debêntures; e (ix) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;

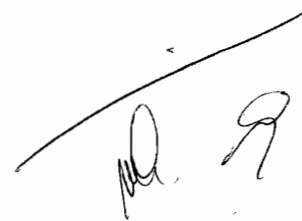


- (o) disponibilizar exemplar do relatório de que trata a alínea anterior aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais: (i) na sede da Emissora; (ii) no local indicado pelo Agente Fiduciário; (iii) na CVM; (iv) no Bovespa Fix e no SND; (v) na instituição líder da colocação das Debêntures, na hipótese de o prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo máximo da distribuição primária das Debêntures;
- (p) publicar, às expensas da Emissora, no órgão da imprensa estabelecido na Cláusula 3.15 desta Escritura, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra a sua disposição nos locais indicados na alínea "o" acima;
- (q) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à instituição depositária, à CETIP e à CBLC;
- (r) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- (s) notificar os Debenturistas, por edital e individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada: (i) à CVM; (ii) ao Bovespa Fix e (iii) ao SND;
- (t) verificar a regularidade da constituição das garantias das Debêntures, bem como, o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (u) intimar a Emissora a reforçar a garantia das Debêntures dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação; e
- (v) fazer com que a Emissora cumpra a obrigação prevista no item 10.1(j) acima bem como encaminhar à ANBID o relatório de avaliação (rating) objeto de atualização ali previsto, no prazo máximo de 15 (quinze) dias da sua veiculação.

11.5. Atribuições Específicas

O Agente Fiduciário utilizará de quaisquer Processos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar, observadas as condições da Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;



- (b) executar as garantias reais, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos Debenturistas;
- (c) tomar toda e qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (d) requerer a falência da Emissora; e
- (e) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

11.5.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” da Cláusula anterior se, convocada a AGD, esta assim o autorizar pelo *quorum* de aprovação de Debenturistas que representem a unanimidade das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea “e” da mesma Cláusula.

11.6. Remuneração

Será devida ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

11.6.1. Parcelas trimestrais de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), devida a primeira 5 dias após a data da primeira integralização de Debêntures e as demais a cada aniversário trimestral da data da primeira integralização;

11.6.2. A parcela disposta no item 11.6.1. acima será atualizada pelo IGP-M a partir da data prevista para o pagamento da primeira parcela;

11.6.3. A remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora (ou garantidor, se houver);

11.6.4. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais e administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto

representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

DA ASSEMBLÉIA GERAIS DE DEBENTURISTAS

12.1. Convocação

12.1.1. A AGD pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

12.1.2. A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, no órgão de imprensa estabelecido na Cláusula 3.15 desta Escritura, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das S.A., da regulamentação aplicável e desta Escritura.

12.2. Quorum de Instalação

12.2.1. A AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer *quorum*, conforme previsto na Lei nº 6.404/76.

12.2.2. Para os efeitos da presente Escritura, considera-se Debêntures em circulação todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora ou detidas por seus controladores, diretos ou indiretos, controladas ou coligadas, bem como por seus respectivos executivos e administradores e respectivos cônjuges.

12.3. Mesa Diretora

A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

12.4. Quorum de Deliberação

12.4.1. Nas deliberações da AGD, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não.

12.4.2. A renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 9.3.1 desta Escritura dependerá de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação



12.4.3. As alterações referentes ao prazo de vigência das Debêntures, as datas de amortização de principal, aos Rendimentos aplicáveis, qualquer modificação na Cláusula de Vencimento Antecipado, a inclusão de eventual resgate antecipado e/ou repactuação das Debêntures, a eventual autorização para cessão de quaisquer obrigações nos termos da Cláusula 5.2 do Contrato de Cessão, eventual autorização para a venda ou outra forma de transferência das ações, nos termos da Cláusula 2.6 bem como eventual consentimento para a cessão de obrigações em virtude da Cláusula 11.2, ambas do Contrato de Penhor dependerão de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação. As matérias relacionadas nos itens 4.1 (iii), 4.1 (iv), 4.1 (v) e 4.1 (ix) do Contrato de Cessão Fiduciária dependerão de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação.

12.4.4. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas nesta Escritura, dependerá de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% das Debêntures em circulação, exceto se houver outro quorum específico previsto para a matéria.

12.4.5. Toda e qualquer alteração dos quoruns previstos nesta Escritura e nos Contratos de Garantia dependerá da aprovação dos Debenturistas com um quorum no mínimo igual ao que está sendo alterado.

12.4.6. A deliberação de matérias que impliquem em redução ou extinção de direitos e/ou garantias de apenas uma das séries de Debêntures dependerá da aprovação dos Debenturistas da referida série, conforme *quorum* previsto para a matéria.

DECLARAÇÕES E GARANTIAS

13.1. Declarações e Garantias do Agente Fiduciário

O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (c) esta Escritura contém obrigações válidas e vinculantes do Agente Fiduciário, exigíveis de acordo com os seus termos e condições;

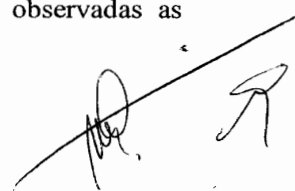


- (d) é equiparado a uma instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (e) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (f) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (g) não exerce a função de agente fiduciário de debêntures de emissão da Emissora, ou em sociedade coligada, controlada, controladora da Emissora ou integrante do mesmo grupo, exceto com relação às Debêntures da presente Emissão;
- (h) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer, plenamente, suas funções; e
- (i) verificou os limites de emissão previstos no artigo 60 § 1º “a” da Lei das S.A.

13.2. Declarações e Garantias da Emissora

A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura da Escritura, que:

- (a) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) a celebração desta Escritura e dos Contratos de Garantia, bem como a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes na presente data; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (c) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (d) esta Escritura e as obrigações aqui previstas constituem obrigações da Emissora, exigíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (e) o prospecto preliminar da Emissão (“Prospecto Preliminar”) contém e o prospecto definitivo da Emissão (“Prospecto Definitivo”) conterà, no mínimo, e observadas as



disposições legais e regulamentares pertinentes, todas as informações relevantes em relação à Emissora, nas respectivas datas de cada evento, no contexto da presente Emissão, necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;

(f) as declarações, informações e fatos contidos no Prospecto Preliminar e Prospecto Definitivo da Emissão em relação à Emissora são verdadeiras e não são enganosas, incorretas ou inverídicas;

(g) as opiniões, análises e expectativas expressas no Prospecto Preliminar e Prospecto Definitivo da Emissão em relação à Emissora foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis,

(h) não há fatos relativos à Emissora que, nas respectivas datas dos Prospecto Preliminar e Prospecto Definitivo da Emissão, cuja omissão, no contexto dessa Emissão, faça com que alguma declaração relevante do prospecto da Emissão seja enganosa, incorreta ou inverídica; (i) as demonstrações financeiras da Emissora, relativas ao último exercício social encerrado e ao imediatamente anterior, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e foram devidamente elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de forma consistente com práticas passadas;

(i) as informações da Emissora relativas ao último trimestre encerrado ou ao imediatamente anterior, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e foram devidamente elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil;

(j) a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios; e

(k) exceto pelas contingências informadas no Prospecto Preliminar e Prospecto Definitivo da Emissão, não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em sua condição financeira.

DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer



inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como constituindo uma renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

14.2. Os valores indicados na Cláusula 9.1. desta Escritura serão atualizados pelo IGP-M, ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de celebração desta Escritura, calculados *pro rata die*.

14.3. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

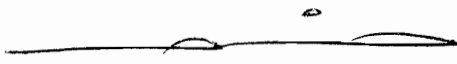
14.4. Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura e para a execução das obrigações de pagamento previstas nesta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

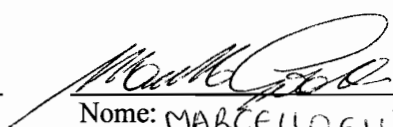
Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 7 de dezembro de 2006

Página de Assinatura Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real representada por Penhor de Ações e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.



Nome: MARCELINO RAFART DE SERAS
Cargo: DIRETOR PRESIDENTE



Nome: MARCELLO GUIDOTTI
Cargo: DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO



Página de Assinatura Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia-Real representada por Penhor de Ações e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

PRIMAV ECORODOVIAS S.A.

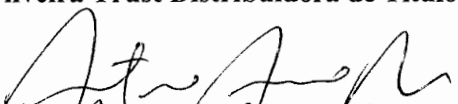

Nome: MARCELINO RAFART DE SERAS
Cargo: DIRETOR PRESIDENTE



Nome: MARCELO GUIDOTTI
Cargo: DIRETOR ADMINISTRATIVO
FINANCEIRO



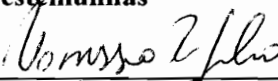
Página de Assinatura Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real representada por Penhor de Ações e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.


Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.


 Nome: Antonio Augusto R. de Silva
 Cargo: GERENTE


 Nome: _____
 Cargo: _____

Testemunhas


 Nome: Bruno Tenório do Amaral
 RG: 99.996.481-7


 Nome: ANA CAROLINA GUIMARÃES
 RG: 09372811-1

